



ACTA Nº 10/2005

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE NOVEMBRO DE 2005
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 21 DE NOVEMBRO DE 2005

-----No dia 21 de Novembro de 2005, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Extraordinária, convocada ao abrigo do nº 1 do Art. 50º da Lei nº 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11/1, e das alíneas a), c), e u) do nº 2 do Art. 18º, do nº 1 e nº 2 do Art. 23º e do nº 2 do Art. 28º, todos do respectivo Regimento, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte, **ORDEM DO DIA**:

- **PONTO 1 - *Eleição dos Membros da Assembleia Metropolitana do Algarve*** [nº 5 do Artigo 13º da Lei nº 10/2003, de 13/05];
- **PONTO 2 - *Eleição de Autarca de Freguesia representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia do Município na Assembleia Distrital de Faro*** [Artigo 5º do Regimento da Assembleia Distrital de Faro];
- **PONTO 3 - *Designação de Cidadãos pela Assembleia Municipal para integrarem o Conselho Municipal de Segurança*** [alínea k) do nº 1 do Artigo 4º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança];
- **PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no ano de 2006: Prédios Urbanos - 0,8%; Prédios Urbanos avaliados, nos termos do CIMI – 0,5%.***

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quorum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 52 minutos, verificaram-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João)
PS	Carlos Alberto Esteves Pires



Fl. 74v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião)
PS	José Mariano Monteiro de Jesus
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Aurora Inácio Leal Alexandre
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Eurico José dos Reis Correia
PSD	Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares
PSD	Fernando Ramos Bernardo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rosa Maria Marreiros Rosado
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia
INDEPENDENTE	Eduardo Morales Almeida Santana

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), informou o Plenário de que o Sr. Eduardo Santana, ao abrigo do nº 4 do Artigo 46º-B, da Lei nº 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11/1, comunicou que a partir do dia 18 de Novembro de 2005 deixou de fazer parte do Grupo Municipal do PSD, passando a exercer o seu mandato na Assembleia Municipal de Lagos como Independente.-----



-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) propôs um Voto de Solidariedade para com a Declaração Final do Encontro Nacional de Eleitos Locais realizado em Santarém no passado dia 16 de Novembro e distribuída no início da presente Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que não tinha nada contra a Proposta da CDU só que o documento era extenso e ainda não tinha tido oportunidade de o analisar, pelo que solicitou opinião às bancadas.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que o documento ainda não tinha sido analisado e que os Presidentes de Junta de Freguesia também não tinham tomado conhecimento do teor do mesmo e apenas tinham tido conhecimento, por parte da ANAFRE, de que as pretensões das Juntas de Freguesia não tinham sido aceites pela ANMP pelo que não se iam prenuunciar, de momento, sobre esta Declaração Final.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) sugeriu que a Proposta da CDU fosse apresentada numa próxima Sessão da Assembleia Municipal, o que foi aceite.--

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi aprovada, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----Não participou nesta votação o Sr. Eurico Correia (PSD), por se encontrar ausente da sala.-----

-----**PONTO 1 - ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA METROPOLITANA DO ALGARVE**[nº 5 do Artigo 13º da Lei nº 10/2003, de 13/05]: Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos grupos políticos e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-416-5.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), deu a conhecer as 3 listas concorrentes: Lista A apresentada pela coligação PS/PSD; Lista B apresentada pela CDU; Lista C apresentada pelo BE.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) informou que, dado os Presidentes de Junta de Freguesia não poderem participar nesta eleição, iam retirar-se da sala, demonstrando assim a sua discordância com a Lei nº 10/2003, de 13 de Maio.-----

-----Nesta altura ausentaram-se da Sala os Srs. Presidentes de Junta - António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão São João), João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafirim), Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente Junta de Freguesia de São Sebastião), Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere), Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz), e Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria).-----

-----Posto isto procedeu-se à **ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA METROPOLITANA DO ALGARVE**, conforme o referido no número 5 do Artigo 13º da Lei nº 10/2003, de 13 de Maio, por escrutínio secreto e por listas, tendo-se verificado os seguintes resultados:



Fl. 75v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

	Número de Votos
NÚMERO DE ELEITORES	21
NÚMERO DE VOTOS	21
LISTA A	18
LISTA B	2
LISTA C	0
BRANCOS	1
NULOS	0
ABSTENÇÃO	0

-----Após esta votação voltaram a entrar na sala os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA SESSÃO:** Neste momento, eram 21 horas e 4 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Sessão para um breve intervalo, para envio dos resultados para a sede da Grande Área Metropolitana do Algarve, tendo os mesmos sido retomados às 21 horas e 12 minutos.-----

-----**PONTO 2 - ELEIÇÃO DE AUTARCA DE FREGUESIA REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE FARO**[Artigo 5º do Regimento da Assembleia Distrital de Faro]: O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), leu a seguinte Proposta apresentada pelo PS: “Para a Assembleia Distrital de Faro [Artigo 5º do Regimento da Assembleia Distrital de Faro] propomos o Autarca de Freguesia em representação dos Presidentes das Juntas do Município: - Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere).” – Candidato A.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o Grupo do PSD não concordava com o Candidato apresentado, pelo que se ia ausentar da sala.-----

-----Nesta altura ausentaram-se da Sala os Membros do Grupo Municipal do PSD - Eurico José dos Reis Correia, Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares, Fernando Ramos Bernardo, João António do Rio Rosa Bravo, José Joaquim Pacheco dos Reis, Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim e Rosa Maria Marreiros Rosado.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que esta votação não passa de um pró forma, uma vez que, na prática, a Assembleia Distrital vai caminhado para a sua extinção; por isso o Presidente da Junta a eleger irá fazer parte de uma Comissão Liquidatária da Assembleia Distrital.-----

-----Não tendo sido apresentado qualquer outro Candidato procedeu-se à votação deste, por escrutínio secreto, tendo-se verificado os seguintes resultados:



	Nº DE VOTOS	CANDIDATO A	BRANCOS	Nulos
AUTARCA DE FREGUESIA REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE FARO	20	17	3	0

-----Assim foi eleito, por escrutínio secreto, como Autarca de Freguesia representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia do Município na Assembleia Distrital de Faro, durante o actual mandato de 2005/2009, o Sr. Luís Alberto Bandarra dos Reis - Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere.-----

-----**PONTO 3 - DESIGNAÇÃO DE CIDADÃOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:** O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), disse que, como é do conhecimento de todos, existe o acordo de cada Partido Político, com assento na Assembleia Municipal, indicar 4 nomes para constituir a Lista de cidadãos designados pela Assembleia Municipal para integrarem o Conselho Municipal de Segurança e foi esse conjunto de nomes que passou a ler: António Manuel dos Santos Martins; Carlos Alberto Martins Ribeiro; Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa; José Domingos Afonso Martins; José Luís Quental Mota Vieira; José Mariano Monteiro de Jesus; Manuel Borba Viegas; Maria Luísa Miranda de Matos Cardoso Teixeira; Mário da Cunha Bravo; Miguel Alexandre Coelho Pinheiro; Rui Manuel da Conceição Mateus; Vivaldo Santos Pereira. Referiu ainda que caso ninguém se oponha a Assembleia Municipal designava consensualmente esta Lista de Cidadãos, para integrar o Conselho Municipal de Segurança, o que se verificou.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA SESSÃO:** Neste momento, eram 21 horas e 24 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 21 horas e 37 minutos.-----

-----**SAÍDA DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta interrupção, ausentaram-se definitivamente da sala os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	João Henrique Pereira
PS	Maria Aurora Inácio Leal Alexandre



Fl. 76v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----**PONTO 4 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A APLICAR NO ANO DE 2006: PRÉDIOS URBANOS - 0,8%; PRÉDIOS URBANOS AVALIADOS, NOS TERMOS DO CIMI – 0,5%:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos grupos políticos e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-416-12.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) começou por dizer que foram feitas muitas promessas na campanha eleitoral, mas no conjunto das promessas do PS não estava contemplado o aumento do IMI. Relativamente a este imposto disse que existe uma grande diferença entre a antiga Contribuição Autárquica e o Imposto Municipal sobre os Imóveis, uma vez que desde 2003 as avaliações dos imóveis tendem a ser equivalentes ao valor real do imóvel. Disse que a Câmara Municipal, independentemente das suas promessas e da necessidade de apresentar obra feita, terá que ter em consideração que uma família que habite uma casa de cem mil ou cento e cinquenta mil euros terá que despende uma verba considerável para pagar nas finanças. A Câmara Municipal terá que ter a noção de que o aumento do IMI vai mexer muito com os orçamentos das famílias. Referiu que a realidade do tecido social lacobrigense não está consolidada, sabendo-se que o desemprego tem aumentado no concelho todos têm consciência que a medida proposta pela Câmara Municipal irá trazer bastantes prejuízos às famílias do concelho, por isso considera esta medida injusta, desadequada, uma vez que a Câmara Municipal não se esforçou para fazer uma diferenciação positiva que era possível fazer, no quadro das competências que lhes são dadas, podendo haver reduções entre vinte a trinta por cento, conforme os casos. Esclarece que na informação dada pela Câmara Municipal, é dito que não foi possível fazer o atrás referido por motivos técnicos, o que considera uma coisa algo deslocada, uma vez que o PS está na Câmara Municipal há 4 anos, há cada vez mais funcionários e por isso como é que não há condições técnicas? Se calhar não estão as pessoas certas nos gabinetes técnicos. Disse achar que esta Proposta do Executivo Camarário não se coaduna com a actual situação económica e não se coaduna, principalmente, com o estado da economia local, uma vez que o concelho de Lagos está a atravessar um gravíssimo problema estrutural e isso não poderá ser descurado por ninguém que esteja no Poder, quando aplica uma taxa da natureza da proposta, uma vez que há que ter em conta a nossa realidade, há que ter em conta a capacidade de endividamento dos cidadãos e há que ter em conta a situação actual do País. Disse que por estas razões acha que esta proposta não defende os interesses legítimos dos lacobrigenses.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que não se revê no quadro “pintado” pelo Sr. Presidente da Câmara, na introdução feita ao assunto em discussão. Disse que a crise que existe é o resultado de um conjunto de políticas que ao longo dos anos têm sido feitas, continuadas e insistidas e pensa que há outros caminhos e outras políticas que podem ser seguidas e feitas. Informa que ainda muito menos se



revê no quadro em que, se o Governo corta, se o Governo aperta, quem paga é sempre o último da cadeia que é o cidadão, o munícipe. Recordou que em ano de eleições a taxa do IMI desceu um por cento e no primeiro ano do novo mandato a situação já é outra e são sugeridas as taxas máximas. Disse que a posição da CDU é a mesma do ano passado e por isso apresenta uma proposta que vai no sentido de ser cobrada uma taxa intermédia, porque em primeiro lugar estão as pessoas do concelho e acha muito penalizante a aplicação desta taxa máxima acrescida de outras taxas que ainda hão-de vir.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que fica sempre surpreso quando o Sr. Presidente da Câmara justifica uma taxa, porque consegue sempre dizer e desdizer e depois fazer aquilo que desdisse, em relação a esta matéria. Reconhece que o Sr. Presidente da Câmara é extremamente eloquente em relação à defesa dos munícipes, mas o que é certo é que com atitudes destas os munícipes ficam mais penalizados. Acha que a racionalização da despesa é factor, quase suficiente, para que a receita seja equilibrada e como tal não concorda, em absoluto, com aquilo que a Câmara hoje trás aqui. Disse que os motivos técnicos são evocados, mas todos sabem que cada vez há mais técnicos na Câmara Municipal; se calhar não nos departamentos correctos. Afirma que este vai ser o primeiro de muito aumentos e espera que o Sr. Presidente da Câmara quando trazer os próximos aumentos à Assembleia pondere e pense, porque não é tirando a quem tem e dando a quem não tem que nós conseguimos alguma coisa; é criando e proporcionando o desenvolvimento económico do município que nós conseguimos que todos tenham mais; não é a dividir é a somar; mas todos já estão habituados a que o Sr. Presidente da Câmara brinde todos com estas ofertas natalícias.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que o município de Lagos tem a obrigação de fazer as diferenciações e vai fazê-lo para o ano, deixando desde já o pré-aviso a proprietários de lotes expectantes, a proprietários de casas devolutas que usando do mecanismo que a lei prevê, para o próximo ano iremos encarar a possibilidade de fazer a diferenciação negativa, majorando a taxa do IMI para essas situações anti-sociais, assim como irá ser verificado o impacto desta taxa do IMI nos chamados bairros sociais. Considera que quem paga 4 e passa a pagar 5, o aumento não é muito significativo, quem paga 40 e passa a pagar 50, o aumento não é significativo, quem paga 400 e passa a pagar 500, está convencido de que o pode, perfeitamente, fazer. Disse que um imposto é algo de que uma entidade pública, nacional ou municipal, carece para resolver aquelas necessidades que são de todos. Esclarece que o Executivo ponderou muito esta medida e sabe que o maior impacto não será nas classes mais carenciadas, nem tão pouco na classe média, o impacto será maior nas famílias que têm casa que representa um sinal exterior de bem-estar que justifica a sua participação de uma forma mais acrescida para o bem-estar de todos. Informa que muitas casas ainda continuam por avaliar e que compreende os argumentos dos oradores. Disse que a taxa de desemprego em Lagos não é motivada pela actuação da Câmara, e não é diferente da verificada no Algarve e no País e que a capacidade de endividamento dos cidadãos de Lagos é semelhante à dos outros cidadãos do País. Disse ainda que os anos que ai vêm vão



Fl. 77v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

ser difíceis, vai haver graves problemas sociais, mas não vai ser o aumento do IMI que vai provocar esses problemas e tem a certeza de que este aumento vai ajudar a resolver alguns problemas sociais, pois a Câmara está empenhada em construir mais habitação social. Disse que não se admirava que a CDU tivesse a mesma posição do ano passado porque já está habituado a que a CDU tenha sempre a mesma posição.-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) disse que o Sr. Presidente da Câmara tinha pensado no pressuposto de que há muitos cidadãos em Lagos que podem pagar o IMI, mas 4 não é igual a 5, 40 não é igual a 50, para a maioria dos lacobrigenses. Disse que de facto o Sr. Presidente da Câmara não falou no aumento dos impostos na sua campanha eleitoral e foi curioso ter referido este aspecto na introdução a este assunto. Em relação ao aumento do IMI disse que era evidente que não tinha sido acautelada a questão social, que tem sido muito falada nesta discussão, pelo que o Sr. Presidente da Câmara tinha obrigação de olhar para esta situação de outra forma. Disse que este aumento via penalizar muitas famílias ao contrário daquilo que o Sr. Presidente da Câmara refere.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que relativamente ao que o Executivo Camarário vem discutir, uma coisa é certa, o projecto Socialista é um projecto que está em Lagos há mais de 4 anos; é um projecto que na sua génese, devia ter contemplado as consequências das suas acções, porque não é, certamente, a gosto que o Sr. Presidente da Câmara aumenta o IMI, mas chega-se a este momento porque o projecto Socialista não teve em consideração as alterações económicas e sociais do concelho e do País. Considera que existem duas fontes de rendimento para a autarquia, em relação a impostos: o IMI e o IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis). Disse que em relação ao que é socialmente justo o IMT parece-lhe um imposto mais justo, neste momento, do que o IMI. Referiu que a realidade dos números não demonstra a verdade dos valores implicados e a Câmara Municipal pode e deve actuar e isso pode dar uma maior receita ao município. Disse ainda que a Câmara Municipal pode pensar noutras medidas, mais justas e socialmente mais adequadas, relacionadas com a aquisição de receita para as suas necessidades.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que o concelho continua a perder competitividade, os Planos tardam e este aumento é mais um contributo para tal. Disse que o problema não é estar a cobrar impostos que fazem falta; o problema é a aplicação do dinheiro arrecadado e a gestão do anterior mandato que não deu bom exemplo da gestão dos dinheiros; a forma despesista como o Sr. Presidente organizou a Câmara não dá ao município garantias de um futuro sólido em termos financeiros e continua a procurar arranjar dinheiro para a despesa em vez de procurar rentabilizar a receita e procurar racionalizar, quer o pessoal, quer os vários departamentos camarários.-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) leu a seguinte Proposta: “Compete à Assembleia Municipal fixar, anualmente, as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no Município de Lagos. Para 2006 apresenta a Câmara Municipal de Lagos a seguinte proposta: prédios urbanos – 0,8%; prédios urbanos avaliados,



nos termos do CIMI – 0,5%, ou seja , a taxa máxima permitida por lei, nas duas situações. Considerando que: A situação económica dos portugueses encontra-se degradada desde há vários anos e as projecções, quer internacionais, quer nacionais, apontam para a continuação de tal situação, com afastamento cada vez maior da média europeia. A população do concelho de Lagos tem vindo a ser sujeita aos conhecidos malefícios da política governamental – no aumento do desemprego, aumento de impostos, na estagnação dos salários e consequente perda do poder de compra e impossibilidade de criar ou manter poupanças. E a política da Câmara Municipal segue idêntico critério na espiral de aumentos, agravando tarifas e taxas. Na fixação das taxas de IMI, embora se deva ter em consideração os seus reflexos na receita municipal, nomeadamente no sentido de impedir quebras acentuadas, é sobretudo imperioso ter em atenção os seus efeitos nos orçamentos familiares, particularmente nos dos agregados de menores rendimentos, tendo em boa conta a actualização anual do valor patrimonial dos imóveis, imposta pelo CIMI. Esta actualização anual aumenta automaticamente a base de tributação sobre que incide o Imposto Municipal sobre Imóveis, garantindo, só por si, um aumento considerável das Receitas Municipais. O aumento da taxa do IMI para a taxa máxima possível, corresponde a uma dupla tributação dos munícipes de Lagos, situação injusta e inaceitável. Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal propõem: Que a Assembleia Municipal de Lagos, nos termos do nº 4 do artº. 112º. do Decreto – Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro, delibere fixar a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, nos seguintes valores: 1. Prédios Urbanos - 0,6%; 2. Prédios Urbanos avaliados nos termos do C.I.M.I. - 0.3%.”-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) aproveitou a oportunidade para falar do Imposto dos Direitos de Passagem, dado que o Sr. Presidente disse, aquando da aprovação desta taxa, que o consumidor final não iria pagar esta taxa, mas sim a empresa fornecedora do serviço e que se assim não fosse tararia novamente este assunto à Assembleia. Acontecesse que recentemente recebeu uma carta da Cabovisão a explicar que o cliente final é que tinha que pagar a referida taxa, por isso solicitou ao Sr. Presidente da Câmara um comentário sobre este assunto.-----

-----O Sr. José Joaquim Reis (PSD) disse que a questão não é só arrecadar os impostos de modo a serem bem aplicados, o que nota é que a Câmara Municipal no que concerne ao autofinanciamento e a outras fontes de receita também devia ser zelosa, apesar de ter conhecimento de que a Câmara está a desenvolver esforços no sentido de conter a despesa, mas parece-lhe que não está a ser eficaz. Disse que quando se faz promessas é preciso ter dinheiro para as cumprir e que a Câmara não faz um esforço no sentido de contrariar a subida da despesa.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o Sr. Presidente da Câmara não deve estranhar a posição da CDU uma vez que é da opinião de que esta taxa se deve pautar pelo equilíbrio, tanto mais que as casas sociais foram reavaliadas e têm novos valores sobre os quais incide o IMI, por isso vão sentir, e muito, o aumento.-

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que, no que diz respeito ao aumento do IMI, há que ter em consideração que o aumento do mesmo vem de uma reunião do Executivo em que foi aprovado um aumento das taxas do consumo de água



Fl. 78v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

superior ao valor previsto para a inflação, pelo que estamos perante um aumento em toda a linha, o que a todos prejudica. Disse que seria interessante saber como é que os Presidentes de Junta de Freguesia iam explicar aos seus eleitores o voto favorável no aumento do IMI, porque não se lembra de ver nos programas dos Presidentes das Juntas de Freguesia o englobamento deste aumento, pelo que está curioso quanto ao sentido de voto destes. Disse ainda que estranhava o facto da Bancada do PS ainda não ter intervindo sobre este assunto, mas no fim iria ver como cada um defende os seus eleitores.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse as Juntas de Freguesia dependem muito do orçamento camarário porque se assim não fosse a Junta de Freguesia de Odiáxere já estava falida, e é nessa base que os Presidentes de Junta de Freguesia elaboram os seus programas e é nesses programas que os eleitores acreditaram e as Juntas de Freguesia têm que acreditar na Câmara Municipal. Disse que obviamente os meios não são os mais correctos, e nesse aspecto referiu que se calhar vai ter que “engolir um sapo”, mas estão em causa obras essenciais na sua freguesia.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que não via a relevância da cobrança do IMI nas Juntas de Freguesia e nos orçamentos das Juntas de Freguesias e que não percebe o facto das pessoas votarem de determinada maneira, porque se não votarem dessa maneira vão-lhes tirar seja o que for. Disse que o IMI é o IMI e outras questões paralelas não dizem respeito à Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que se estivessem já a discutir o Orçamento da Câmara Municipal seria fácil verem onde se pretende gastar o dinheiro. Disse que não seria justo a Câmara, nesta altura, não pedir aos cidadãos um pouco mais da sua contribuição para realizar o bem do e para o concelho. Em relação ao Imposto dos Direitos de Passagem disse que estava convencido que o mesmo seria pago pelas operadoras e que se isso não acontecesse não iria aplicar esse imposto em 2006 e é isso que vai acontecer. Disse que na sua opinião a questão da majoração não devia ser levada em consideração sem um tempo de ponderação e de pré-aviso e é esse pré-aviso que está a ser feito neste momento. Sobre os aumentos das tarifas e das taxas disse que resultam dos próprios Regulamentos que estabelecem as tarifas e as taxas, esclarecendo que por razões diversas não ocorreu o aumento da água nos últimos 3 anos e por isso vai ser solicitado aos cidadãos um esforço de pagar um aumento que durante 3 anos não existiu, aumento que não é aumento mas sim uma actualização. Disse que a água vai ter que aumentar mais no futuro.-----

-O Sr. Nuno Serafim (PSD) solicitou um curto intervalo para realizar uma pequena reunião.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA SESSÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 58 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 23 horas e 10 minutos.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que apesar daquilo que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e do silêncio do Grupo do PS, o certo é que o



aumento do IMI é, sem dúvida, um peso acrescido para qualquer orçamento familiar, uma vez que o que está em questão é a justeza do mesmo e é da opinião de que o Executivo Camarário e o PS, durante o seu tempo de governação municipal, poderiam e deviam ter coordenado as suas políticas de modo a não ter que aumentar o IMI e de modo a não ter que aumentar as outras taxas e tarifas. Disse que o Grupo do PSD não poderá tomar o partido de uma medida para a qual acham que não existe justificação, uma vez que existem outras fontes de receita e outras maneiras de sustentar a despesa de modo a não aumentar impostos. Posto isto solicitou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que reconsiderasse a proposta apresentada à Assembleia Municipal de modo a não sujeitar os cidadãos a mais este encargo.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que, mais uma vez, não tinha conseguido, das palavras do Sr. Presidente da Câmara Municipal, antever um repensar a racionalização da despesa. Disse que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tinha justificado a tomada de posição em relação a taxas e impostos, mas nada diz a respeito da reestruturação da despesa, sobre as horas extraordinárias que as pessoas fazem a mais e sobre outros assuntos. Disse que ficava na expectativa de que numa próxima oportunidade o Sr. Presidente da Câmara presenteasse a Assembleia Municipal com um programa reestruturado de engenharia financeira em relação à despesa da Câmara.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a última intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal, no que diz respeito aos aumentos que aí vêm, justifica ainda mais a Proposta apresentada pela CDU. Reconhece que o natural, quando aparece o primeiro ano de ciclo eleitoral é aparecer a carga toda em cima que é para depois nos últimos dois anos haver alguns “esquecimentos” políticos e não técnicos em relação a aumentos. Disse que esta taxa é demasiada para a população. Sugeriu à Mesa que as Propostas existentes fossem votadas em alternativa e que a votação fosse feita por voto secreto.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que, obviamente, a votação teria que ser em alternativa, porque as propostas são incompatíveis e quem vota numa não pode votar na outra; em relação ao voto secreto disse que não via necessidade de o fazer.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que a proposta de votar este Ponto por voto secreto é pertinente uma vez que ouviu Membros da Assembleia dizerem que iam votar favoravelmente a Proposta da Câmara por que senão não teriam liberdade para gerir a Junta de Freguesia, por isso subscreve a proposta da CDU em relação à votação por voto secreto.-----

-----O Sr. Paulo Jorge (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que o Grupo do PS não tinha qualquer problema em votar este Ponto de braço no ar ou de outra forma.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse que na sua intervenção não tinha mencionado qualquer perseguição, ou qualquer outra coisa estranha.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que não havendo



Fl. 79v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

consenso não era necessário fazer a votação por voto secreto.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que tinha ouvido o PS dizer que não se importava de votar por voto secreto e por isso não percebia a justificação do Sr. Presidente da Mesa para a Votação deste Ponto por braço no ar.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) esclareceu que o Grupo do PS queria fazer a votação deste Ponto com braço no ar.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a CDU tinha feito uma Proposta no sentido de se votar este Ponto por voto secreto e é essa Proposta que estava em cima da Mesa.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que a Mesa não vê necessidade de votar essa Proposta uma vez que não há consenso sobre a mesma e a Mesa tem a liberdade de admitir, ou não, a Proposta.-----

-----Posto isto passou-se à votação das propostas de fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no ano de 2006, sendo que a Proposta da Câmara Municipal é a Proposta A e a do Grupo da CDU a Proposta B, tendo-se verificado o o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
PROPOSTA A	13	0	0	0	13
PROPOSTA B	0	7	2	1	10

-----Assim foi aprovada, por maioria, a proposta da Câmara Municipal de Lagos para fixação das seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, a cobrar em 2006, previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro: alínea b) - Prédios Urbanos – 0,8%; alínea c) prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) – 0,5%.-----

-----Declaração de Voto apresentado pelo Sr. José Mariano (PS): “Muito embora não concorde com este aumento de imposto, votei favoravelmente, aceitando a disciplina imposto pelo meu Partido.”-----

-----Declaração de Voto apresentado pelo Sr. Nuno Serafim (PSD): “A bancada do Partido Social Democrata reforça nesta assembleia a posição séria que a nossa candidatura aos órgãos municipais assumiu desde sempre. O que o Partido Socialista empreendeu em Lagos na última legislatura foi um projecto que iria sem dúvida estrangular a actividade da câmara e por consequência vir a obrigar a um aumento brutal das receitas do município. Ontem o dissemos hoje temos a confirmação. Com este aumento o Partido Socialista e mais concretamente o executivo municipal demonstra uma falta de sentido social que provavelmente far-nos-á alinhar num futuro que não se mostra de facto promissor. Ser realista não significa ser pessimista, os chavões que o Partido Socialista tenta fazer pegar a qualquer força política que se oponha às suas políticas não funciona nem funcionará com o Partido Social Democrata. É de facto esclarecedora a intenção do partido socialista quando em ano de eleições diminui o IMI e passado um mês do acto eleitoral aumenta-o para a Taxa máxima. Esta atitude revela o embuste que sempre denunciámos, esta atitude revela ainda a falta de consciência social em anos que têm



sido de sacrifício e de dificuldades para a população em geral. Não basta construir edifícios e estruturas, faz falta sim, é que essas estruturas estejam integradas num ambiente social próspero. Não basta que os jovens e as crianças de Lagos estejam bem instaladas nas escolas, é necessário sim, que elas estejam bem instaladas na vida. Não se age em municípios com possibilidades turísticas relevantes a nível mundial, como se agiria num qualquer município do interior de Portugal. Não se consomem recursos humanos essenciais ao desenvolvimento do concelho colocando-os dentro da estrutura camarária sem advir disso melhorias efectivas ao seu funcionamento, quando a economia tanto necessita dessas pessoas qualificadas para prosseguir o caminho da prosperidade. A próxima década será marcada pelos efeitos da globalização, e com estes virá o fim de muitas das regalias que a função pública dispõe no nosso país. O que o partido socialista está a fazer é a defraudar a prazo as expectativas de vida de tantos munícipes que abraçaram o serviço público. Este aumento máximo do IMI, na actual conjuntura do concelho é inexplicável dada a tamanha indiferença que revela face à grave crise que nos afecta e que infelizmente não nos deixará tão cedo devido a questões estruturais de que o país sofre. Mas o rol de insensatez não termina neste aumento abismal, dado que na última reunião de câmara o executivo camarário aumentou em 8% as tarifas da água e não satisfeito aumentou igualmente todas as taxas municipais em valor igual ao da inflação. O aumento foi em toda a linha. Só há duas leituras possíveis para este cenário que nos é apresentado, Ou os senhores estão a construir um projecto de cidade e concelho só para alguns. Ou então os senhores não sabem o que fazem e povo foi defraudado. Não se esqueçam que a factura da vossa irresponsabilidade e do uso da velha e ultrapassada receita da obra a todo o custo é um delírio vosso que terá de ser suportado não só por vós mas por TODOS os Munícipes. É nossa convicção que este aumento desmesurado em toda a linha e no caso em concreto no que diz respeito ao IMI irá sem sombra de dúvidas constituir um fardo adicional para a vida dos lacobrigenses, pois os senhores não podem esquecer do país em que vivem. Nós pagamos uma das maiores taxas de IVA da Europa, nós vivemos numa região onde existe um número elevado de postos de trabalho sazonais onde a taxa de desemprego nunca foi tão elevada nos últimos dez anos, e onde a média dos salários é a mais baixa da zona euro. Ora em cima disto tudo vêm os senhores aumentar escandalosamente o IMI para apenas prosseguirem o vosso projecto que no final terá como consequência a transformação deste concelho e desta cidade num Mausoléu, pois com a prossecução desta política as pessoas em Lagos não vão viver, mas sim tentar sobreviver, devido aos vossos devaneios de circunstância. Que não haja dúvidas que serão os senhores os únicos responsáveis pela degradação social que advirá destes aumentos inqualificáveis que não têm em conta a realidade do nosso concelho. Por tudo o que ficou dito, obviamente VOTAMOS CONTRA.”-----

-----Declaração de Voto apresentado pelo Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria): “O Voto a favor do PS na proposta apresentada pela Câmara Municipal, explica-se pelos seguintes motivos: 1 - O contexto político-económico de constrangimentos do orçamento municipal conjugado com a



Fl. 80v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

necessidade estratégica de preparar projectos a ser co-financiados no futuro QREN 2007-2013, obriga a prover o orçamento de 2006 com o reforço possível que não inviabilize definitivamente projectos vitais para o desenvolvimento e o emprego em Lagos. 2 - O orçamento municipal de 2006 é um orçamento de transição e o PS pretende que, no futuro próximo, possa ser elaborado de forma participativa. Nesse contexto, todas as taxas e tributações municipais deverão ser equacionadas em conjunto e em articulação com o necessário rigor, contenção e adequação da despesa, de modo a cumprir os objectivos que constaram em programa. Salientamos ainda que as despesas com pessoal serão objecto de contenção, também por força da lei do OE 2006. 3 - O PS tem noção do esforço adicional que a Câmara Municipal pede a algumas famílias, mas sente que esta é uma oportunidade única de criar as condições necessárias para executar investimentos com efeito multiplicador sobre o bem-estar e qualidade de vida de TODOS os lacobrigenses. Por isso exorta o Executivo a que direcione claramente as receitas obtidas por este imposto e dessas obras dê ampla divulgação. Assim os cidadãos saberão onde e como foi aplicado o dinheiro dos seus impostos (essa é uma grande vantagem do Poder Autárquico!...). 4 - O PS é um Partido aberto, tolerante e solidário, claramente comprometido com a defesa dos mais desprotegidos. Esta medida não violenta esse estrato populacional mas no entanto, deverão ser tomadas, a curto prazo, medidas de apoio social que promovam uma mais justa aplicação das taxas municipais.”-----

-----Declaração de Voto apresentação pelo Sr. José Manuel Freire (CDU):
“Compete à Assembleia Municipal fixar, anualmente, as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no Município de Lagos. Para 2006 apresenta a Câmara Municipal de Lagos a seguinte proposta: prédios urbanos – 0,8%; prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI – 0,5%, ou seja, a taxa máxima permitida por lei, nas duas situações. Considerando que: A situação económica dos portugueses encontra-se degradada desde há vários anos e as projecções, quer internacionais, quer nacionais, apontam para a continuação de tal situação, com afastamento cada vez maior da média europeia. A população do concelho de Lagos tem vindo a ser sujeita aos conhecidos malefícios da política governamental – no aumento do desemprego, aumento de impostos, na estagnação dos salários e consequente perda do poder de compra e impossibilidade de criar ou manter poupanças. E a política da Câmara Municipal segue idêntico critério na espiral de aumentos, agravando tarifas e taxas. Na fixação das taxas de IMI, embora se deva ter em consideração os seus reflexos na receita municipal, nomeadamente no sentido de impedir quebras acentuadas, é sobretudo imperioso ter em atenção os seus efeitos nos orçamentos familiares, particularmente nos dos agregados de menores rendimentos, tendo em boa conta a actualização anual do valor patrimonial dos imóveis, imposta pelo CIMI. Esta actualização anual aumenta automaticamente a base de tributação sobre que incide o Imposto Municipal sobre Imóveis, garantindo, só por si, um aumento considerável das Receitas Municipais. O aumento da taxa do IMI para a taxa máxima possível, corresponde a uma dupla tributação dos munícipes de Lagos, situação injusta e inaceitável. Pelos motivos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 81

atrás expostos não podem os eleitos da CDU concordar com a proposta apresentada pela Câmara Municipal e, assim, declaram o seu voto contra a proposta de fixar para 2006 a taxa máxima prevista na Lei para o IMI.”-----

-----Declaração de Voto apresentação pelo Sr. Eduardo Santana (IND): “Por tudo aquilo que foi argumentado aqui e pela injustiça desta medida, eu votei contra.”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Sessão.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Sessão, com excepção das que foram tomada por escrutínio secreto, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por grupo político representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, eram 23 horas e 35 minutos, declarou encerrada a Sessão.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,.....

.....,
1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

.....

.....
